



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - DPC/CGPLAM/DLOG/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 26376396/2022-DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.004411/2022-43

1. **DO OBJETO**

1.1. Aquisição de Munições para uso operacional e treinamento no interesse das diversas unidades da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	MUN CBC .308WIN HPBT 168GR SNIPER CM A	11.000	Conforme Proposta Comercial
2	MUN CBC 223 REM ETPT 55 GR A	1.000	Conforme Proposta Comercial
3	MUN CBC 223REM EXPT 55GR A	1.000	Conforme Proposta Comercial
4	MUN CBC 5,56X45 COMUM M193 (TREINA) A	775.000	Conforme Proposta Comercial
5	MUN CBC 5,56X45 COMUM M193 POLICIA A	58.000	Conforme Proposta Comercial
6	MUN CBC 5,56X45 OTM 77GR A	99.000	Conforme Proposta Comercial
7	MUN CBC O 5,56X45 COMUM SS109 A	58.000	Conforme Proposta Comercial
8	MUN CBC O 5,56X45 SAT A	2.000	Conforme Proposta Comercial
9	MUN CBC O 7,62X51COMUM NATO BALL A	4.000	Conforme Proposta Comercial

1.2. Os quantitativos apresentados estão arredondados para cima, a fim de adequar aos cunhetes da CBC, que são de 1.000 unidades para as munições calibres 5,56x45mm e 7.62mm. Assim, os valores estão a maior que os apresentados no ETP, os quais apenas refletem a necessidade do Órgão, sem a adequação à política de venda da Empresa.

1.3. Os testes balísticos serão realizados no laboratório balístico da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) no Estado de São Paulo.

1.4. O custo estimado da presente aquisição foi discriminado pela Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC, conforme proposta juntada aos autos.

1.5. A Contratada deverá cumprir todas normas do Exército Brasileiro de fabricação, transporte, importação e/ou comercialização de produtos controlados, bem como o atendimento dos padrões de segurança e qualidade do objeto mediante as normas correlatas ao tema.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

2.2. Trata-se de contratação que se dará mediante Inexigibilidade de Licitação, nos termos do inciso I do art. 25º da Lei 8.666/93, cujos elementos técnicos comprobatórios da inviabilidade de licitar o objeto encontram-se acostados nos autos do processo, conforme prelecionado no art. 26º da citada Lei, em vistas da inexistência de alternativas para a Administração para o objeto intentado, conforme Declaração DPC/CGPLAM/DLOG/PF (22362567).

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante inexigibilidade de licitação.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. *Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Projeto Básico como requisito previsto em lei especial.*

5.2. A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

5.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

5.2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) à 210 (duzentos e dez) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento¹, emitida pelo Ordenador de Despesas (para as munições .38 SPL), ou da autorização do Exército Brasileiro (o que ocorrer por último - aplicável para as demais munições).

6.2. Em hipótese alguma será recebida entrega sem prévia Ordem de Fornecimento.

6.3. A Contratada deverá, na entrega, viabilizar carregadores para manejo das caixas de munições durante o procedimento, uma vez que a comissão estará verificando o quantitativo e as notas fiscais.

6.4. A data e o horário previsto para a entrega do objeto serão detalhados na Ordem de Fornecimento, visando garantir a efetiva segurança no local de recebimento da munição. O cronograma de distribuição, com data e horário de entrega deverão ser informados (formalmente) à Polícia Federal com antecedência mínima de 1 (uma) semana.

6.5. É obrigatória a identificação do Órgão adquirente na marcação do culote dos estojos, tendo a sigla de consoantes guarde correspondência com o adquirente (Polícia Federal, em cumprimento às normativas do Exército Brasileiro, a Contratada deve adotar todos os mecanismos necessários à adequada e efetiva marcação de munições, com vistas à eficiência do rastreamento). Logo não serão aceitos cartuchos sem a devida marcação.

6.6. Os códigos de rastreabilidade serão únicos, compostos por letras e números, gravados na base do estojo de cada munição, aplicando-se um código de rastreabilidade conforme detalhado no item 5.1 do Anexo II deste Projeto Básico, a fim de que sejam distribuídos conforme Tabela de Distribuição de Munições constante no Anexo IV deste Projeto Básico.

6.7. A Contratada deverá declarar exclusividade do código de rastreabilidade fornecidos, não podendo comercializar ou doar munições com a mesma numeração para outras unidades da Polícia Federal e demais forças de segurança pública.

6.8. Os códigos de rastreabilidade deverão constar nas Notas Fiscais enviadas à Contratante.

6.9. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal específica para cada Unidade informada na Informação DPC/CGPLAM/DLOG/PF (26323297) devendo conter, além do código de rastreabilidade específico, data de validade.

6.10. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

6.11. O Recebimento Provisório se dará na fábrica da Contratada por pelo menos 03 (três) membros da Equipe de Recebimento designada pela DLOG/PF, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e realização de testes, com deslocamentos e diárias dos servidores às custas da Administração Pública.

- 6.12. A Contratada deverá informar a data estimada para conclusão da produção com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, para fins de organização/planejamento da Comissão de Recebimento.
- 6.13. No recebimento provisório serão executados testes conforme consta no Anexo III do presente Projeto Básico.
- 6.14. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco)² dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.15. Os custos dos testes ocorrerão às expensas da Contratada.
- 6.16. Os bens serão recebidos definitivamente quando do recebimento das munições nas Unidades de destino, onde se formará comissão com 3 (três) integrantes, com escopo de verificar a quantidade, aspectos gerais, nota fiscal e código de rastreabilidade do produto. A comissão deve possuir integrantes que não participaram da comissão de recebimento provisório e realização de testes.
- 6.17. A aceitação será realizada por termo circunstanciado, devendo ocorrer em até 5 (cinco) dias do recebimento do produto.
- 6.17.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.18. As munições poderão ser recebidas definitivamente de forma integral, quando todo o conjunto estiver em conformidade com as especificações ou de forma parcial, descartando-se aquelas desconformes.
- 6.19. No ato das entregas, a Contratada deverá fornecer também um documento com a descrição de todo o material e quantidade que está sendo apresentado e manual de acondicionamento e conservação. Nesse mesmo documento a Contratada deverá pegar recibo com nome, matrícula na Polícia Federal e assinatura de um dos servidores do setor de recebimento. Este recibo deverá ser entregue uma cópia à DPC/CGPLAM/DLOG/PF para fins de controle.
- 6.20. As munições deverão ser novas, assim considerados de primeiro uso, estar devidamente embalados, entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme especificações técnicas exigidas no presente.
- 6.21. Os materiais deverão ser entregues lacrados de forma a ficarem protegidos da ação da luz, poeira, umidade, em sua embalagem original, preferencialmente, em embalagem recicláveis, biodegradáveis, contendo marca, fabricante, procedência e data de validade e em caixetas de no máximo 50 munições: com 40 caixetas acondicionadas em 1 cunhete de 2.000 unidades para as munições de 5,56x45mm; com 20 caixetas acondicionadas em caixa de papelão resistente de 1.000 unidades para as munições 9x19mm; munição 12 gauge em caixetas de 25 unidades e em caixa de papelão resistente de 250 unidades. Para as munições de 308 WIN e 7,62x51 mm, a cada 1.000 unidades e para as do calibre .223 Rem, cada 2.000 unidades.
- 6.22. A Contratada obriga-se a entregar o material, a que se refere este Projeto Básico de acordo estritamente com as especificações mínimas descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatado, pela Administração, não estar em conformidade com as referidas especificações.
- 6.23. Caso os objetos sejam diferentes dos previstos neste Projeto Básico ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega não será interrompida em decorrência do não recebimento, arcando a Contratada com o ônus decorrente do atraso.
- 6.24. Caberá à comissão de fiscalização do contrato rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.
- 6.25. As equipes de fiscalização e de recebimento e seus respectivos substitutos serão nomeados pela Autoridade Máxima da Unidade que receberá o produto.
- 6.26. A equipe de recebimento provisório e realização de testes será nomeada pelo Sr. Diretor de Administração e Logística Policial.
- 6.27. A presença da fiscalização ou de representante da Polícia Federal não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.
- 6.28. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, código de rastreamento e prazo de garantia ou validade;
 - 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual de acondicionamento, manuseio e conservação do produto;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.
- 8.1.8. fornecer as munições de acordo com as especificações constantes deste instrumento e no local indicado, a partir da Ordem de Fornecimento, com comunicação formal do cronograma das entregas, com data e horário previsto;
- 8.1.9. fornecer as munições dentro dos prazos estabelecidos no presente Projeto Básico e seus anexos;
- 8.1.10. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Polícia Federal, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 8.1.11. prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo de imediato às reclamações;
- 8.1.12. a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pela Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas;
- 8.1.13. retirar das dependências da Contratante, os bens/materiais porventura impugnados pela fiscalização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sendo expressamente proibido manter quaisquer bens/materiais que não satisfaçam as especificações;

8.1.14. responsabilizar-se pela garantia do objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Projeto Básico e seus anexos;

8.1.15. entregar termo de garantia com manual sobre seu manuseio, conservação dentre outros aspectos técnicos;

8.1.16. responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Projeto Básico, tais como fretes, encargos sociais, impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades relativas ao objeto e aos seus empregados, sem qualquer ônus à Contratante;

8.1.17. colocar à disposição da Polícia Federal, os meios necessários à comprovação da qualidade dos materiais, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito neste Projeto Básico; e

8.1.18. realizar os testes previstos no Anexo III do presente Projeto Básico, aceitando-o como pré-requisito do aceite provisório por parte da Comissão de Recebimento, excetuando-se o item 4 que representa critério de conformidade de performance de materiais entre os materiais, necessário, mas não utilizado como critério de aprovação ou rejeição das munições.

8.2. A Contratada deverá aceitar a realização de diligências que a Contratante julgar necessárias, em razão de dúvida sobre a procedência e a qualidade dos materiais.

8.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deverá cumprir os requisitos de habilitação dispostos nos art. 28, 29 e 31 da Lei 8.666/93.

9.2. A Contratada deverá cumprir as disposições, no que couber, ao registrado na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018/SEGES/MPDG.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Projeto Básico.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX), \quad I = (0,06 / 365), \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Projeto Básico, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

15.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

15.2.2. seguro-garantia;

15.2.3. fiança bancária.

15.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

15.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. A Contratada dará garantia permanente ao produto (munições), contra defeitos ou vícios de fabricação, desde que conservadas em embalagem e condições especiais, conforme indicação do fabricante. Entende-se por garantia permanente, o mesmo período e validade da munição fabricada pela Empresa, apresentando o mínimo de dez (10) anos de vida útil.

16.2. No caso dos materiais que apresentarem defeitos e, forem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega dos materiais.

16.3. Entende-se por garantia, para os fins a que se destina este Projeto Básico, aquela destinada a remover vícios ou quaisquer defeitos de fabricação apresentados pelos produtos, compreendendo substituições, reparos e demais correções necessárias.

16.4. A Contratada deverá fornecer certificados de garantia por meio de documentos próprios, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

16.5. A data de fabricação não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias da data de entrega.

16.6. A validade da munição será de no mínimo 10 (dez) anos a contar de sua fabricação e após ser retirada da embalagem original será de no mínimo 06 (seis) meses.

16.7. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a Contratante, a Contratada, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, obriga-se a prestar atendimento às solicitações da Contratante, dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do momento da chamada, que poderá ser efetuada em dias úteis, entre 09:00 e 18:00 horas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.5. cometer fraude fiscal;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii. **Multa**
 1. moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- v. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa previstas neste Projeto Básico.

17.3.1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. **DA CONTRATADA**

18.1. A presente aquisição terá como Contratada a empresa Companhia Brasileira de Cartuchos, nos termos do art. 25º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Declaração de Exclusividade de Fornecimento (SEI nº 22362573).

19. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

19.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 8.096.830,00** (oito milhões, noventa e seis mil, oitocentos e trinta reais) e sua razoabilidade encontra-se demonstrada, conforme procedimentos e justificativas constantes na Nota Técnica DPC/CGPLAM/DLOG/PF (SEI nº 22749248) e Despacho DPC/CGPLAM/DLOG/PF (26376290).

20. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

20.1. A contratação será realizada com recursos da União e seus dados orçamentários serão informados após a emissão de Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

21. **DOS ANEXOS**

21.1. Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.1.1. Anexo I do Projeto Básico: Minuta de Termo de Contrato (22362640);
- 21.1.2. Anexo II do Projeto Básico: Esp. Técnicas das Munições (22362704);
- 21.1.3. Anexo III- do Projeto Básico: Testes de Recebimento de Munições (22362705);
- 21.1.4. Anexo IV do Projeto Básico: Testes de Recebimento de Munições (22362716);
- 21.1.5. Anexo V do Projeto Básico: Estudo Técnico Preliminar (23489385)
- 21.1.6. Informação DPC/CGPLAM/DLOG/PF com o custo estimado e a tabela de distribuição revisados (26376290)

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(Assinatura Eletrônica)

EDUARDO HOFMANN
Agente de Polícia Federal
Mat 18.942

(Assinatura Eletrônica)

LEONARDO AUGUSTO QUINTINO TEIXEIRA
Escrivão de Polícia Federal
Mat 17.883

(Assinatura Eletrônica)

VINICIUS OLIVEIRA DIOGENES BESSA
Agente de Polícia Federal
Mat 18.464

(Assinatura Eletrônica)

VINICIUS RODRIGUES MARTINS
Agente de Polícia Federal
Mat 14.094

22. **DESPACHO DLOG/PF:**

22.1. Aprovo o presente Projeto Básico e seus anexos, por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública.

22.2. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da aquisição, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

(Assinatura Eletrônica)

VITOR MORAES SOARES

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Administração e Logística Policial - Substituto

Ordenador de Despesas (UG: 200334)



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO AUGUSTO QUINTINO TEIXEIRA, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 29/12/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS RODRIGUES MARTINS, Agente de Polícia Federal**, em 29/12/2022, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR MORAES SOARES, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 29/12/2022, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HOFMANN, Agente de Polícia Federal**, em 29/12/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS OLIVEIRA DIOGENES BESSA, Agente de Polícia Federal**, em 29/12/2022, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26376396** e o código CRC **FEF99995**.

Referência: Processo nº 08200.004411/2022-43

SEI nº 26376396